

PADRÃO DE RESPOSTA – PEÇA PRÁTICA

Edital n. 001/2022

DEFINITIVO

1. Juízo competente: Vara da Fazenda Pública da comarca de Rio Verde

2. Qualificação do autor e do réu: MARIA MADALENA, brasileira, solteira, professora da rede de ensino do Município de Rio Verde (autora) e Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Município de Rio Verde - IPARV (réu).

3. Nome da peça: Contestação

4. Síntese dos fatos:

- a) mencionar a decisão e os argumentos de ilegalidade apontados pelo TCM/GO;
- b) mencionar as providências adotadas pelo Presidente do IPARV;
- c) mencionar os argumentos e pedidos da autora na ação ordinária.

5. Fundamentos jurídicos:

- a) deverá demonstrar a tempestividade da contestação fazendo referência às prerrogativas da Fazenda Pública em juízo;
- b) deverá alegar que as progressões violam o princípio do concurso público previsto no art. 37, II, CF;
- c) deverá alegar que o tempo no cargo comissionado de assessor não pode ser somado ao tempo de serviço no magistério público para fins de aposentadoria especial do art. 40, § 5º, da CF;
- d) deverá alegar que não existem provas do dano moral;
- e) deverá alegar a impossibilidade de pagamento retroativo de proventos, uma vez que o art. 37, § 10, da CF, veda a percepção simultânea de proventos de aposentadoria com a remuneração de cargo (PEB I).

6. Pedidos/Requerimentos:

- a) pedir a improcedência total dos pedidos da autora;
- b) requerer provar o alegado por todos os meios de prova em direito admitido, especialmente a oitiva das testemunhas a serem indicadas;
- c) a condenação da autora ao pagamento das custas processuais e honorários sucumbenciais.

7. Data: 13.7.2022

8. Estrutura lógica da peça

9. Correlação entre os fatos/fundamentos/pedidos

10. Uso correto do vernáculo